

**EDcl no HABEAS CORPUS Nº 493.009 - SP (2019/0040130-4)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**EMBARGANTE : ADAILTON BRUNO DOS SANTOS (PRESO)**  
**ADVOGADO : IRANILDO DA SILVA ALVES BRASIL - SP359208**  
**EMBARGADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração, opostos por ADAILTON BRUNO DOS SANTOS, contra decisão monocrática de minha relatoria, que **indeferiu liminarmente habeas corpus**, sob os seguintes fundamentos:

*"Os autos não versam sobre hipótese que admite a pretendida valoração antecipada da matéria, pois, pela análise da **quaestio** trazida à baila na exordial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra denegação de liminar. De fato, ressalvadas hipóteses excepcionais descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar supressão de instância.*

*A matéria, inclusive, já se encontra sumulada: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar" (**Súmula nº 691/STF**).*

*Na hipótese, o **writ** impetrado na origem teve o pedido liminar indeferido sob os seguintes fundamentos, **verbis**:*

*"[...] No aspecto, a ilegalidade apontada reclama exame mais acurado da prova, até porque, do que é possível extrair do alegado, volta-se o impetrante contra excesso de prazo na formação da culpa, cuja análise deve ter em conta o princípio da razoabilidade, motivo pelo qual somente ao final poder-se-á decidir acerca de sua existência.*

*E, no particular, segundo aduz o próprio impetrante, o inquérito policial foi concluído apenas um dia após o prazo legal, pelo que o atraso de*

*pequena monta é inapto a configurar, por si só, o dito constrangimento ilegal. Ademais, os documentos que instruem a impetração, a princípio, não revelam tenha o Parquet permanecido inerte ou atuado de forma desidiosa.*

*No mais, a decisão que decretou a prisão preventiva está adequadamente fundamentada (fls. 18/23), e a imputação refere-se a crimes graves e violentos, obviamente comprometedores da ordem pública e da paz social.*

*E ao que se vê, os dados sugerem mesmo a insuficiência doutras medidas cautelares distintas da segregação*

*combatida, na esteira do que reza o artigo 312 do Código de Processo Penal.*

*Ante o exposto, DENEGO A LIMINAR alvitrada" (fls. 83-84).*

*Na hipótese, portanto, não verifico a ocorrência de flagrante ilegalidade capaz de ensejar o afastamento do óbice contido no enunciado sumular referido.*

*Assim o entendimento do Pretório Excelso: HC nº 103570, Primeira Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. p/ acórdão Min. Rosa Weber, DJe de 22/8/2014; HC nº 121828, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 25/6/2014; HC nº 123549 AgR, Segunda Turma, Rel.<sup>a</sup> Min. Cármen Lúcia, DJe de 4/9/2014.*

*No âmbito desta Corte Superior, cito as seguintes decisões monocráticas: HC nº 392.348/RO, Sexta Turma, Rel. Ministro Nefi Cordeiro; HC nº 392.249/PR, Sexta Turma, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior; HC nº 392.316/SP, Quinta Turma, Rel. Ministro Ribeiro Dantas; HC nº 391.936/SP, Quinta Turma, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik; HCnº 392.187/SP, Sexta Turma, Rel.<sup>a</sup> Ministra Maria Thereza de Assis Moura.*

*Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, e art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o processamento do presente writ" (fls. 105-107).*

*Nos presentes embargos de declaração, alega-se que "a matéria trazida nos autos desse habeas corpus é justamente o que foi decidido pelo Tribunal de origem, qual seja, a possibilidade de conceder a liminar para que o Paciente possa ser julgado em liberdade e não para que seja realizado o julgamento do mérito do habeas Corpus que visa a análise não só da liberdade, mas principalmente sobre a apresentação da denúncia de forma intempestiva pelo Ministério Público, o que ofende o devido processo legal" (fl. 112).*

*Sustenta que "o que se busca neste Superior Tribunal é justamente a análise sobre a possibilidade de conceder a liminar do Habeas Corpus, logo, o julgamento sobre a possibilidade de concessão da liberdade em caráter liminar não caracteriza supressão de instâncias, isso porque a instância de origem já analisou e entendeu pelo não cabimento" (fl. 112).*

*É o relatório. Decido.*

*Ressalte-se, ab initio, conforme pacífica jurisprudência desta eg.*

Corte, que são cabíveis embargos declaratórios quando houver, **na decisão embargada**, ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão (art. 619 do CPP). Além disso, é cediço que os embargos declaratórios não constituem recurso de revisão, sendo inadmissíveis **se a decisão embargada** não padecer dos vícios que autorizam a sua interposição.

Na lição de Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery (Código de Processo Civil Comentado, RT, 4ª edição, 1999, p. 1045):

*"Os EDcl têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra, não têm caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado".*

Nesse sentido, os seguintes precedentes: EDcl no AgRg no AREsp 292.108/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 20/2/2015; EDcl no RHC 35.243/MG, **Quinta Turma**, de **minha relatoria**, DJe 10/12/2014; EDcl no AgRg no AREsp 527.022/SC, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Gurgel de Faria**, DJe 9/10/2014; EDcl no REsp 1.290.073/ES, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Laurita Vaz**, DJe 1º/7/2014.

Não se verifica, ainda, não obstante os combativos argumentos trazidos pelo embargante, qualquer elemento apto a integrar ou reformar a decisão proferida às fls.10-107, **que indeferiu liminarmente o habeas corpus**.

Dessa forma, o que pretende o embargante, na verdade, é o reexame da matéria analisada em sede de liminar, situação que não se coaduna com a estreita via dos declaratórios.

Desse modo, inexistindo vícios na decisão, **rejeito os embargos de declaração**.

P.I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

